

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025-CCP/FMS-SEMSA/PMVJ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2321/2025-GAB-FMS/SEMSA/PMVJ

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade Orçamentária do MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI/AP, inscrito no CNPJ nº 12.456.167-0001-40, neste ato representado pelo Sr. Paulo Sérgio Dias Pinheiro, torna público a presente licitação para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICA EM SAÚDE, (POSTO PAGA DIVIDAS, UBS ATERRO DO MURIACÁ, UBS BEIRA RIO, UBS CIDADE LIVRE, UBS JARILÂNDIA, UBS SANTA CLARA E UBS CAULIM), DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI NA ZONA URBANA E RURAL**, anexo II deste edital.

Será regido pela Lei nº 14.133/2021, e as exigências estabelecidas no Edital do Pregão em epígrafe.

Modo de disputa: ABERTO.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

O critério de julgamento adotado será: Registro de Preço.

PLATAFORMA PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO

LOCAL: Plataforma Licitações On-line www.licitanet.com.br.

E-mails: contato@licitanet.com.br.

O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no Portal de Transparência do Município

www.vitoriadojariap.com.br e site da realização do pregão eletrônico www.licitanet.com.br.

OBS.: Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através de uma empresa associada ou pelos telefones: (Suporte aos Fornecedores) WHATSAPP (34) 25126508 / (34) 3014-6633.

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO

<i>Início do cadastro das Propostas</i>	28.11.2025	09hrs00min
<i>Início da fase competitiva:</i>	11.12.2025	Automática pelo Sistema

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari-AP, com sede na rua Pedro Ladislau, nº 1135, Bairro Prainha, Departamento de licitações-SEMSA.

Secretário de Saúde: Paulo Sergio Pinheiro Dias

Pregoeira: Izabela Cintia Freitas Martins

Equipe de Apoio: Ávila dos Santos Soares, Neityelma de S. Soares.

1. DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICA EM SAÚDE, (POSTO PAGA DIVIDAS, UBS ATERRO DO MURIACÁ, UBS BEIRA RIO, UBS CIDADE LIVRE, UBS JARILÂNDIA, UBS SANTA CLARA E UBS CAULIM), DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI NA ZONA URBANA E RURAL.

1.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

1.2 DOS RECURSOS FINANCEIROS:

UNID. ORÇAMENTARIA:	13	FMSVJ – FUNDO MUNIC. DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
PROG. DE TRABALHO:	301.0067	MOBILIÁRIO E APARELHAMENTO DO MAC
AÇÃO:	1-025	MOBILIÁRIO E APARELHAMENTO
NAT. DE DESPESA:	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO:	601	TRANSFERÊNCIAS

UNID. ORÇAMENTARIA:	13	FMSVJ – FUNDO MINIC. DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
PROG. DE TRABALHO:	301.0067	MOBILIÁRIO E APARELHAMENTO DO FMS
AÇÃO:	1-026	MOBILIÁRIO E APARELHAMENTO FMS
NAT. DE DESPESA:	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO:	601	TRANSFERÊNCIAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	13	FMSVJ – FUNDO MINIC. DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
PROG. DE TRABALHO:	301.0067	MOBILIÁRIO E APARELHAMENTO DO PROGRAMA DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
AÇÃO:	1-027	MANUT. PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
NAT. DE DESPESA:	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO:	601	TRANSFERÊNCIAS

UNID. ORÇAMENTARIA:	13	FMSVJ – FUNDO MINIC. DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI
---------------------	----	--

FUNÇÃO:	10	SAÚDE
PROG. DE TRABALHO:	301.0067	MOBILIÁRIO E APARELHAMENTO DO PROGRAMA DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
AÇÃO:	1-027	MANUT. PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
NAT. DE DESPESA:	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO:	500	TRANSFERÊNCIAS

1.3 DO PREGOEIRO(A):

1.3.1 Caberá ao pregoeiro (a), em especial:

1.3.2 Conduzir a sessão pública

1.3.3 Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de pode requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

1.3.4 Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

1.3.5 Coordenar a sessão pública e o envio de lances;

1.3.6 Verificar e julgar as condições de habilitação;

1.3.7 Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

1.3.8 Receber, examinar e decidir os recursos e encaminha-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

1.3.9 Indicar o vencedor do certame;

1.3.10 Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua Homologação.

1.3.11 O pregoeiro (a) poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do Órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

1.4 DA MODIFICAÇÃO DO EDITAL

1.4.1 Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afeta a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

1.5 ESCLARECIMENTOS

1.5.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados a Pregoeira, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

1.5.2 A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data do recebimento do pedido.

1.5.3 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

1.6 IMPUGNAÇÃO

1.6.1 Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, em aba própria no site <https://licitanet.com.br>, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

1.6.2 A impugnação não possui efeitos suspensivos e caberá a pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do edital e anexo, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data do recebimento da impugnação.

1.6.3 A concessão de efeitos suspensivos à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

1.6.4 Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicado uma nova data para realização do certame.

2. PODERÃO PARTICIPAR DESTA PREGÃO ELETRÔNICO:

2.1 Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br>

2.2 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo da Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari, em nenhum caso, responsável por eles. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.

2.3 As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

2.4 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br>

2.5 O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

2.6 O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou da Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

2.7 Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

a) empresas que tenham sido declaradas inidôneas, suspensas e impedidas para licitar ou contratar por ato do Poder Público, em quaisquer de seus órgãos, ainda que descentralizados, sendo verificada tal restrição no site: www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis

b) empresas cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

c) empresas reunidas em consórcio e que sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.8 A não observância das vedações deste item é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento se sujeita às penalidades cabíveis.

2.9 A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

2.10 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração da proposta de preços.

2.11 Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

2.12 O contratado deverá manter, durante toda a sua vigência, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.13 Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br>

3.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

3.3 O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL NA PLATAFORMA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta no sistema eletrônico, o sistema irá disponibilizar uma planilha para o preenchimento dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item;

4.1.2 Marca; se a marca for da própria licitante participante, deverá constar o nome PRÓPRIA, como a marca.

4.1.3 Modelo;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

4.1.5 Em se tratando de serviços, poderá o licitante inserir a palavra SERVIÇOS no campo marca/modelo, não sendo motivo para desclassificação à falta dela.

4.1.6 Ao disponibilizar sua proposta através do aplicativo www.licitanet.com.br não poderá conter nenhum tipo de informação (Logomarca, CNPJ, nome do (a) representante, telefone, endereço) que identifique à interessada, sob pena de desclassificação na participação do certame licitatório.

4.1.7 A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

4.1.8 A pregoeira poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “PROPOSTA INICIAL” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

4.1.9 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, a pregoeira obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ.

4.1.10 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes, QUANDO FOREM SOLICITADOS, encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6 Nos termos do artigo 58 da Lei Federal 14.133/2021, a Garantia da Proposta, limitada a 1% (um inteiro por cento) do valor estimado do objeto da contratação, deverá ser recolhida pela licitante, pelo valor estabelecido de R\$ 2.141.155,67 (dois milhões cento e quarenta e um mil cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e sete centavos) sob uma das modalidades previstas no parágrafo 1º do artigo 96 da Lei Federal 14.133/2021.

5.7 Ao apresentar sua proposta e ao formular lances, a licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

5.7.1 Os objetos ofertados deverão atender a todas as especificações constantes do Anexo II– Termo de Referência;

5.7.2 Para que seja verificada a conformidade das especificações do objeto da proposta enviada pelo licitante com o objeto desta licitação, a proposta deverá ser detalhada contendo: especificação do objeto, com seu respectivo valor individualizado.

5.7.3 O valor do serviço ou produto ofertado pela licitante será de sua exclusiva e total responsabilidade, não lhe cabendo o direito de pleitear sua alteração.

5.7.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.7.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.7.6 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.8 A proposta deverá ser digitada ou impressa, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas; com todas as folhas rubricadas, exceto a última, que deve ser assinada pelo representante legal da empresa, e dela devem constar:

5.7.9 Razão social do proponente, endereço, CNPJ, número da conta corrente, Agência e respectivo banco e, se possuir número de telefone e endereço eletrônico (e-mail).

5.7.10 Declaração de que no preço cotado estão inclusas todas as despesas, tais como fretes, seguros, taxas, impostos e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado.

5.7.11 As propostas deverão conter, ainda, a indicação da marca dos itens, sendo que a ausência destas informações poderá acarretar a desclassificação do licitante.

5.7.12 Ocorrendo diferenças entre as especificações dos objetos licitados descritas no presente Edital e a descrição publicada no sistema eletrônico LICITANET, prevalecerão as constantes deste Edital.

5.7.13 O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da empresa proponente deverá ser o mesmo da que efetivamente fornecerá os produtos/materiais objetos da presente licitação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E ENVIO DAS PROPOSTAS ADEQUADAS.

6.1 No horário estabelecido neste Edital, a pregoeira abrirá a sessão pública em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br> conforme Edital.

6.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.3 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.4 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances de cada ITEM, que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10 (dez) reais.

- 6.5 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 6.6 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.7 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.8 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.9 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.10 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.11 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALOR POR ITEM, com no máximo 02 (duas) CASAS DECIMAIS, considerando as quantidades constantes no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, a pregoeira, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.
- 6.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 6.13 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;
- 6.14 Sendo efetuado lance manifestamente inexecutável, a pregoeira poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;
- 6.15 A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do lote/item;
- 6.16 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;
- 6.17 A pregoeira, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;
- 6.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br>
- 6.19 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;
- 6.20 A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;
- 6.21 Em relação a lotes NÃO exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

6.22 Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a proposta mais bem classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

6.23 A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.24 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.25 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.26 Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

6.27 Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) Produzidos no País;
- b) Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País (Lei 14.133/21).

d) Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação

6.28 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.29 Encerrada a fase de lances e negociação, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7.DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

a) OS FORNECEDORES CONVOCADOS PARA A FASE DE HABILITAÇÃO TERÃO O PRAZO MÁXIMO DE 03 (HORAS), A PARTIR DA CONVOCAÇÃO, PARA O ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA.

7.1. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou

estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2 RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Distrital e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- c) Balanço Patrimonial, juntamente com as Demonstrações Contábeis: DRE, DMPL, dos dois últimos exercícios

social exigível, apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão competente. Acompanhados da cópia do termo de abertura e encerramento do livro diário, onde conste o registro da Junta Comercial ou órgão competente, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios, acompanhado de cópia da Carteira de Identidade Profissional do contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, Certidão de Habilitação Profissional e Certidão Negativa de Débitos (CND) emitidas pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC), CERTIFICANDO que o(a) profissional encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil, de acordo com a Resolução nº 1.637/2021- CFC; certidão simplificada; certidão específica e certidão específica de participação societária de arquivamento emitidas pela Junta Comercial, bem como as notas explicativas em conformidade com o NBC TG nº 1000 do (CPC PME); já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}};$$

c a) Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

- d) Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- e) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- f) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- g) O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- h) Declaração de idoneidade, perante a secretaria Municipal de Saúde, do Município de Vitória do Jari/AP.

8 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
 - I. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico e representante legal da empresa, atestando conhecimento pleno das condições e peculiaridades da execução contratual.
- b) Apresentação de atestado de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de bens ou equipamentos de natureza semelhante ao objeto da licitação, compatíveis em característica, quantidades e prazos.

- c) Quando aplicável, registro ou credenciamento do fabricante junto a ANVISA e/ou INMETRO, conforme o tipo de equipamento ou bem permanente exigido no Termo de Referência.
- d) Os produtos ofertados deverão atender às normas da ABNT e as normas técnicas específicas do setor de Saúde, devendo o licitante apresentar catálogos, manuais ou ficha técnicas que comprovem as especificações declaradas.
- e) A comprovação de vínculo profissional de que trata o subitem anterior se fará com a apresentação de quaisquer dos seguintes documentos:
- I. Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou do livro de registro;
 - II. Sócio/Diretor: cópia do contrato social da licitante ou da ata de eleição;
 - III. Autônomo: cópia de contrato de prestação de serviços;

9 TÉCNICO-OPERACIONAL

- a) A licitante deve apresentar certidões ou atestado(s) de capacidade técnica, comprovando ter executado, serviços de características compatíveis com o objeto desta licitação, em nome da própria Licitante, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- I. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
 - II. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
 - III. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
 - IV. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.
 - V. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- b) Apresentar portfólio de armazenagem, distribuição e dispensação de medicamentos, visando o programa e procedimentos de boas práticas.
- c) Alvará de licença/funcionamento;
- d) Alvará de vistoria/certificação, emitido pelo corpo de bombeiros militar;
- e) Alvará Emitido pelo órgão de Vigilância Sanitária, do município ou estado da sede do licitante;
- f) **Critério de Julgamento:** menor preço por item, considerando as especificações técnicas, qualidade, validade mínima e condições de entrega;
- g) **Condições de Entrega:** cumprimento de prazos, transporte adequado e embalagem conforme legislação sanitária;
- h) **Condições Contratuais:** aceitação das cláusulas de garantia, sanções por descumprimento e possibilidade de fornecimento parcelado conforme requisições.
- i) **Decisão:**
- j) A forma de seleção **Pregão Eletrônico com SRP** é a mais adequada para esta contratação, pois permite:

- k) Atendimento da demanda de forma parcelada e contínua;
- l) Competitividade entre fornecedores, garantindo melhor preço e condições;
- m) Transparência e segurança jurídica;
- n) Flexibilidade para atender situações emergenciais sem comprometer o planejamento orçamentário.

10 OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) Quando declarações (modelos Anexos: IV, V, VI e VII), conter preferencialmente assinatura do responsável constituído, bem como conter preferencialmente carimbo do CNPJ da empresa em todas as páginas.

11- DOS RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.1.2 Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.1.3 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.1.4 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.1.5 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.1.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.2 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.3 Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.1.4 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.1.5 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13.3 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora pela Pregoeira, ou, quando houver recurso, pela autoridade competente.

14 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 Homologado o resultado da licitação, será celebrada a ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para a eventual e futura contratação entre as partes que terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação.

14.2 O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3 - O proponente que, convocado para assinar a ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, sem prejuízo das penalidades estipuladas no item 12.2 deste edital.

14.2 A licitante deverá fazer-se representar por profissional devidamente habilitado, inclusive autorizado a firmar em seu nome a assinatura da referida Ata. A efetivação da Ata de Registro de Preços dar-se-á no recinto da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Pedro Ladislau, Nº 1135, Bairro Prainha, Vitória do Jari-AP.

14.4 - Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do instrumento que aqui se trata, guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

14.5 - Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15 - DO REAJUSTE DO PREÇO E PRAZO

15.1 - REAJUSTE DE PREÇO:

a) Equilíbrio Econômico-financeiro do contrato, conforme previsto no **art. 134 da Lei nº 14.133/2021**. Aqui está uma sugestão detalhada que você pode adaptar:

b) O valor contratual poderá ser **reajustado anualmente**, contado a partir da data da assinatura do contrato, com base na variação do índice oficial estabelecido no TERMO DE REFERENCIA, conforme previsto no artigo 134 da Lei nº 14.133/2021.

15.1.2 - CRITÉRIOS PARA O REAJUSTE:

a) O índice de reajuste será o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, ou outro que venha a substituí-lo, conforme pactuará contratual.

b) O reajuste será aplicado **automaticamente**, mediante solicitação da contratada e comprovação da variação do índice.

15.1.3 - A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR:

- a) Planilha atualizada de custos
- b) Memória de cálculo do reajuste
- c) Comprovação da data-base do contrato

15.1.4- PROCEDIMENTOS:

a) A solicitação de reajuste deverá ser encaminhada à **DIRETORA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS** para análise administrativa.

b) O **Fiscal do Contrato**, **DIRETORA ADMINISTRATIVA-FMS/SEMSA/PMVJ**, deverá emitir parecer técnico

sobre a conformidade dos serviços e a compatibilidade dos valores.

- c) O reajuste será formalizado pôr **termo aditivo**, após aprovação da autoridade competente.

15.1.5 - OBSERVAÇÕES:

- a) O reajuste não será aplicado retroativamente.
- b) Não será concedido reajuste em caso de inadimplemento contratual ou pendências na execução dos serviços.

15.1.6 - REAJUSTE DE PRAZO:

I. A vigência do contrato poderá ser **prorrogada** nas hipóteses previstas no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica e administrativa, observando-se:

- a) **Execução contínua dos serviços**, conforme o interesse público;
- b) **Impedimentos temporários** devidamente justificados pela contratada;
- c) **Necessidade de conclusão do objeto**, em contratos por escopo;
- d) **Atrasos imputáveis à Administração**, que impactem o cronograma contratual.

15.1.7- PROCEDIMENTOS:

- a) A contratada deverá apresentar **solicitação formal**, com justificativa e documentação comprobatória.
- b) O pedido será analisado pela **DIRETORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**, com parecer técnico do **Fiscal do Contrato**.
- c) A prorrogação será formalizada pôr **termo aditivo**, com nova definição de prazo e cronograma.

15.1.8- OBSERVAÇÕES:

- a) A prorrogação não implica em reajuste de valores, salvo se houver previsão contratual específica.
- b) O pedido deverá ser feito com **antecedência mínima de 30 dias** do término da vigência contratual.

16 - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

Gestão do Contrato:

Responsável – Diretora de Contratos e Convênios

Deveres e responsabilidades:

- a) Monitorar prazos, entregas e pagamentos;
- b) Solicitar alterações, prorrogações ou sanções, quando necessário;
- c) Garantir que o contrato esteja alinhado com o interesse público.

Fiscalização do Contrato:

Fiscal – Diretora Administrativa FMS SEMSA

Deveres e responsabilidades:

- a) Verificar a conformidade dos serviços ou produtos entregues;
- b) Atestar notas fiscais e relatórios de execução;
- c) Comunicar irregularidades ao gestor;

d) Manter registros detalhados das inspeções e verificações.

Comentários:

▪ O(s) fiscal(is) do contrato deverão atender aos requisitos do art. 7º da Lei de Licitações:

Art. 7º [...] I – sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II – Tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III – não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

§ 4º Na hipótese da contratação de terceiros prevista no caput deste artigo, deverão ser observadas as seguintes regras:

I – A empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;

II – A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado

16.1 Todas as notificações oficiais emitidas a contratada serão emitidas sempre por escrito, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail).

16.2 Após o aceite de Relatório de Entrega, a contratada deverá apresentar a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), nos moldes da legislação vigente, devendo, ainda, constar obrigatoriamente as seguintes informações:

16.3 Informações referentes aos produtos, tais como: fabricante, modelo, tipo, lote e prazo de garantia.

16.4 À Nota Fiscal deverá ser anexada uma cópia da Nota de Empenho (NE) correspondente.

17 – DAS OBRIGAÇÕES DO(S) LICITANTE(S) REGISTRADOS.

O fornecedor vencedor da licitação deverá cumprir, de forma integral, as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato administrativo e na legislação vigente, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo o fiel cumprimento do objeto contratado. São obrigações do fornecedor:

17.1 Fornecimento do Bem conforme especificações

ORDEM	NOME DO EQUIPAMENTO	UNIDADE	QUANT. TOTAL
1	ARMÁRIO - Especificações: aço escritório com 3 prateleira	UND	31
2	ARMÁRIO VITRINE - Especificações: Cirúrgico Vitrine Com 02 Portas	UND	16
3	ARQUIVO - Especificações: confeccionado em chapa de aço 26 (0,45 mm) laminada na parte superior em chapa 24 (0,60 mm).	UND	18
4	AR CONDICIONADO - Especificações: Split 12.000 BTUs	UND	60
5	ADIPÔMETRO	UND	3
6	AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA (ATÉ 75 LITROS)	UND	12

7	ASPIRADOR DE SECREÇÕES ELÉTRICO MÓVEL	UND	2
8	APARELHO DE RAIOS X - ODONTOLÓGICO	UND	1
9	ARTICULADOR ODONTOLÓGICO	UND	2
10	APARELHO DE SOM - Especificações: Aparelho de Som - Amplificada Portátil – Potência mínima de 1000 W RMS; equipada com 2 woofers de 10" e tweeters de 3" e 6"; função de pareamento sem fio (TWS) para duplicação de som; iluminação LED RGB sincronizada; conexões: Bluetooth, USB, SD, entrada P10 para microfone/instrumento e rádio FM; design com alças de transporte, rodas e controle remoto incluso. Dimensões aproximadas: Largura 38 cm, Altura 98 cm, Profundidade 39 cm. Peso: até 16 kg.	UND	1
11	BALDE A PEDAL - Especificações: 20 L Acabamento Polido e Balde Interno Removível	UND	56
12	BALDE/ LIXEIRA	UND	51
13	BEBEDOURO/ PURIFICADOR REFRIGERADO	UND	15
14	BIOMBO	UND	22
15	BRAÇADEIRA PARA INJEÇÃO	UND	13
16	BANQUETA	UND	4
17	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA PARA OBESOS	UND	2
18	BOMBA À VÁCUO ODONTOLÓGICA	UND	1
19	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL	UND	1
20	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ADULTO	UND	5
21	BALANÇA DIGITAL PORTÁTIL	UND	8
22	CADEIRA DE RODAS PEDIÁTRICA	UND	1
23	CADEIRA DE RODAS ADULTO	UND	2
24	CADEIRA - Especificações: Executiva Pé Palito Tecido Azul com Preto Quartz AZUL/PRETO	UND	217
25	CADEIRA PARA OBESO - Especificações: Suporta até 250kg Giratória para Obesos	UND	1
26	CADEIRA PARA COLETA DE SANGUE	UND	3
27	CARRO DE CURATIVOS	UND	5
28	CARRO MACA SIMPLES	UND	4
29	CARRO DE EMERGÊNCIA	UND	1
30	CILINDRO DE GASES MEDICINAIS	UND	16
31	CARRO PARA MATERIAL DE LIMPEZA	UND	5

32	COMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK) - Especificações: Processador mínimo Intel® Core™ i7 de 13ª geração, com no mínimo 10 núcleos híbridos (núcleos de eficiência de até 3,60 GHz e núcleos de desempenho de até 4,90 GHz) ou equivalente; memória RAM 16 GB DDR5, frequência mínima de 4.800 MT/s; armazenamento em SSD de 512 GB padrão M.2 PCIe Gen4; tela de 15,3" WUXGA (1920 x 1200), tecnologia antirreflexo, brilho mínimo de 300 nits, 60 Hz e cobertura mínima de 45% NTSC; placa gráfica integrada compatível; câmera mínima HD 720p com microfone duplo e obturador de privacidade; conectividade Wi-Fi 6 (2x2 AX) e Bluetooth 5.3 ou superior; bateria de íon de lítio com no mínimo 3 células e 50 Wh; fonte de alimentação de no mínimo 65 W; teclado em português (BR); touchpad de precisão; sistema operacional Windows 11 (ou versão mais atual compatível) em português (BR); cor cinza ou equivalente;	UND	7
33	COMPUTADOR (DESKTOP-BÁSICO) - Especificações: Processador mínimo Intel® Core™ i7 de 12ª geração ou equivalente; sistema operacional Windows 11 (ou versão mais atual compatível), em português (BR); memória RAM mínima de 8 GB DDR4 ou superior, expansível; armazenamento em SSD de no mínimo 512 GB; BIOS em modo UEFI; tela integrada de no mínimo 23,8" Full HD ou superior, antirreflexo; conectividade com rede sem fio Wi-Fi e Bluetooth; portas USB e HDMI compatíveis; teclado e mouse inclusos, ambos em português (BR);	UND	26
34	COMPUTADOR (DESKTOP-AVANÇADO) - Especificações: All-in-One – Processador mínimo Intel® Core™ i7 de 13ª geração ou equivalente; sistema operacional Windows 11 (ou versão mais atual compatível), em português (BR); memória RAM mínima de 16 GB DDR5 ou superior, expansível; armazenamento SSD de no mínimo 1 TB PCIe NVMe; tela integrada de 23,8" Full HD IPS, antirreflexo; placa de vídeo integrada com memória compartilhada; conectividade com rede sem fio Wi-Fi e Bluetooth; portas USB e HDMI compatíveis; teclado e mouse sem fio inclusos, em português (BR); equipamento adequado para uso corporativo intensivo, multitarefas e operações on-call.	UND	3
35	CARRO PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS (DIVERSOS)	UND	1
36	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	UND	4
37	CÂMERA DE VIDEOCONFERÊNCIA	UND	3
38	CAMA ELÁSTICA PROPRIOCEPTIVA	UND	1
39	CENTRAL DE NEBULIZAÇÃO	UND	3
40	CAIXA TÉRMICA	UND	6
41	DETECTOR FETAL	UND	6
42	DESTILADOR DE ÁGUA	UND	7
43	ESTABILIZADOR DE TENSÃO/MÓDULO ISOLADOR (PARA COMPUTADOR)	UND	1
44	ESFIGMOMANÔMETRO OBESO	UND	4

45	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO	UND	13
46	ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL	UND	9
47	EQUIPO CART ODONTOLÓGICO	UND	1
48	ESTETOSCÓPIO ADULTO	UND	2
49	ESTETOSCÓPIO INFANTIL	UND	4
50	EXAUSTOR DE AR INDUSTRIAL	UND	2
51	ESCADA DIGITAL EM MADEIRA PARA REABILITAÇÃO	UND	2
52	ESCADA COM 2 DEGRAUS	UND	18
53	ESCADA COM 3 DEGRAUS	UND	2
54	EXERCITADOR DE MÃOS E DEDOS	UND	13
55	FOTÓFORO - FOCO DE LUZ DE CABEÇA	UND	1
56	FES	UND	1
57	FOCO REFLETOR AMBULATORIAL	UND	5
58	FOGÃO	UND	7
59	FORNO DE MICROONDAS	UND	4
60	FOTOPOLIMERIZADOR DE RESINAS	UND	1
61	GELADEIRA/ REFRIGERADOR	UND	9
62	GRUPO GERADOR (8 A 100 KVA) - Especificações: trifásico 380V, 60 Hz, com potência nominal mínima de 100 kVA (prime) e potência máxima de 125 kVA (stand-by); motor a diesel de 6 cilindros, refrigerado a água, com rotação de 1800 RPM; alternador trifásico de 4 polos, excitação rotativa brushless, regulador eletrônico de tensão (AVR); painel de controle com monitoramento completo dos parâmetros de operação; estrutura acústica do tipo Silent; compatível com automação de partida automática (ATS Ready); equipado com proteções integradas contra superaquecimento e baixa pressão de óleo; adequado para uso industrial, comercial ou emergencial, garantindo fornecimento contínuo e confiável de energia elétrica;	UND	1
63	GLICOSÍMETRO	UND	4
64	IMPRESSORA LASER (COMUM)	UND	24
65	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL (COPIADORA, SCANNER E FAX OPCIONAL)	UND	3
66	LONGARINA	UND	14
67	LANTERNA CLÍNICA	UND	6
68	LARINGOSCÓPIO ADULTO	UND	4
69	LARINGOSCÓPIO INFANTIL	UND	5
70	LASER PARA FISIOTERAPIA	UND	4
71	NO-BREAK (PARA COMPUTADOR/IMPRESSORA)	UND	17
72	NEBULIZADOR PORTÁTIL	UND	6
73	NEGATOSCÓPIO	UND	1
74	MICROFONE	UND	2
75	MICROSCÓPIO LABORATORIAL BÁSICO	UND	1

76	MESA DE ESCRITÓRIO	UND	11
77	MESA DE REUNIÃO	UND	2
78	MESA AUXILIAR	UND	5
79	MESA DE EXAMES	UND	15
80	MESA PARA IMPRESSORA	UND	11
81	MESA PARA COMPUTADOR	UND	17
82	MESA PARA REFEITÓRIO	UND	3
83	MESA DE MAYO	UND	2
84	MESA GINECOLÓGICA	UND	4
85	MOCHO	UND	5
86	OFTALMOSCÓPIO	UND	1
87	OTOSCÓPIO SIMPLES	UND	2
88	PROJETOR MULTIMÍDIA (DATASHOW)	UND	5
89	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO (AMBU)	UND	5
90	REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIÁTRICO (AMBU)	UND	4
91	RÁDIO COMUNICADOR MARÍTIMO	UND	1
92	RACK DE SERVIDOR	UND	1
93	REFLETOR ODONTOLÓGICO	UND	3
94	SELADORA	UND	10
95	SUORTE DE HAMPER	UND	7
96	SWITCH	UND	1
97	SUORTE DE SORO	UND	15
98	TERMÔMETRO CLÍNICO	UND	6
99	TELEVISOR	UND	8
100	TENS - ESTIMULADOR TRANSCUTÂNEO	UND	3
101	TABLET	UND	41
102	TENS E FES	UND	2
103	TELA DE PROJEÇÃO	UND	2
104	UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR	UND	2
105	ULTRASSOM ODONTOLÓGICO	UND	4
106	ULTRASSOM PARA FISIOTERAIA	UND	2

17.2 O fornecimento deverá observar as seguintes condições:

17.2.1 Estado do Bem:

- Entregar os equipamentos e materiais permanentes **novos, originais de fábrica, sem uso anterior**, conforme especificações técnicas detalhadas.
- Garantir que todos os itens estejam **em perfeitas condições de funcionamento**, acompanhados de manuais, certificados e acessórios necessários.

17.2.2 Documentação Obrigatória

- Nota fiscal eletrônica correspondente aos itens entregues;
- Certidões fiscais válidas (federal, estadual, municipal e trabalhista);
- Dados bancários de conta corrente para fins de pagamento;

d) Termos de garantia e manuais técnicos dos equipamentos.

17.2.3 Local e Prazo de Entrega

a) Os materiais deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Pedro Ladislau, nº 3511 – Bairro Prainha, no Município de Vitória do Jari/Ap.

b) Os materiais e equipamentos deverão ser entregues a Coordenadora da atenção básica em saúde e fiscal dos materiais homologados.

c) A contratada deverá realizar a entrega **com frete incluso**, responsabilizando-se pela integridade dos bens até o recebimento definitivo.

d) Prazo máximo de **15 a 30 (quinze a trinta) dias úteis corridos**, após o recebimento da Autorização de Fornecimento/ Ordem de Fornecimento

e) O fornecedor deverá agendar previamente a entrega com o setor responsável, respeitando o horário de funcionamento das unidades: **segunda a sexta-feira, das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 18h.**

17.2.4 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

I. A aceitação dos equipamentos e materiais permanentes fornecidos será condicionada ao cumprimento integral das exigências técnicas, operacionais e documentais previstas neste Termo de Referência e no contrato firmado. O processo de aceitação será conduzido pela equipe designada pela Secretaria Municipal de Saúde, observando os seguintes critérios:

I.I Conformidade Técnica:

a) Os bens deverão estar **em perfeitas condições de uso**, sem avarias, defeitos ou sinais de uso anterior.

b) Devem atender rigorosamente às **especificações técnicas descritas** no Termo de Referência, incluindo marca, modelo, dimensões, capacidade, funcionalidades e certificações exigidas.

I.II Documentação Obrigatória:

a) Nota fiscal eletrônica correspondente aos itens entregues;

b) Certidões fiscais válidas (federal, estadual, municipal e trabalhista);

c) Dados bancários de conta corrente para fins de pagamento;

d) Termos de garantia e manuais técnicos dos equipamentos.

I.III Relatório de Fiscalização:

a) A aceitação será formalizada mediante **relatório técnico emitido pelo fiscal da ata de registro de preços e/ou do contrato**, atestando que os bens entregues estão em conformidade com o solicitado e apto para recebimento definitivo.

I.IV Instalação e Funcionamento:

a) Quando aplicável, os equipamentos deverão ser **instalados e testados** pela contratada, com acompanhamento da equipe técnica da contratante.

b) A aceitação somente será concluída após verificação de que os itens estão **funcionando corretamente**, conforme sua finalidade.

I.V Prazo para Aceitação:

a) O prazo para análise e emissão do relatório de aceitação será de **até 05 (cinco) dias úteis** após a entrega dos bens e apresentação da documentação completa.

18 – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

A contratante, representada pela **Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Jari do Fundo Municipal de Saúde**, compromete-se a cumprir as seguintes obrigações durante a vigência contratual, garantindo a boa execução do objeto e o respeito às normas legais:

18.1 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:

- a) Designar servidor ou equipe técnica responsável pela **fiscalização da execução da ata de registro de preço/ ou contrato**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.
- b) Acompanhar o cumprimento dos prazos, especificações técnicas e condições de entrega dos bens.

18.2 RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA DOS BENS:

- a) Realizar o **recebimento provisório e definitivo** dos equipamentos, mediante conferência física e documental.
- b) Verificar a conformidade dos itens entregues com as especificações do Termo de Referência e da proposta vencedora.

18.3 DISPONIBILIZAÇÃO DE LOCAL E CONDIÇÕES PARA ENTREGA:

- a) Informar previamente os **endereços e horários de entrega** nas UBSs indicadas.
- b) Garantir que os locais estejam **acessíveis e preparados** para receber os equipamentos, inclusive com infraestrutura básica compatível.

18.4 APOIO À INSTALAÇÃO E CAPACITAÇÃO:

- a) Disponibilizar acesso às unidades para realização de **instalação, montagem e testes dos equipamentos**, quando aplicável.
- b) Apoiar a realização de **capacitação técnica** dos profissionais, caso prevista no contrato.

18.5 CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS:

- a) Assegurar que todo o processo de contratação esteja em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**, incluindo publicidade, transparência e controle interno.
- b) Manter os registros e documentos do processo disponíveis para **auditoria e controle externo**, quando solicitado.

18.6 Essas obrigações garantem que a administração pública atue com responsabilidade, transparência e eficiência, promovendo a correta aplicação dos recursos públicos e a melhoria efetiva da infraestrutura das UBSs.

19- CONDIÇÕES DE ENTREGA

- a) Os equipamentos e materiais permanentes deverão ser entregues **novos, em perfeitas condições de uso, originais de fábrica e devidamente embalados**, acompanhados de manuais, certificados de garantia e demais documentos técnicos exigidos.
- b) A entrega deverá incluir, quando aplicável, **serviços de montagem, instalação e testes de funcionamento**, realizada por equipe técnica qualificada, sem ônus adicional para a administração.

19.1 Local de Entrega

- a) Secretaria Municipal de Saúde – Departamento de Compras, Materiais e Patrimônio Público, Rua Pedro Ladislau, nº 3511, Bairro Prainha, Município de Vitória do Jari/AP – CEP 68924-000, ou outro endereço indicado pela Administração.
- b) Os materiais e equipamentos deverão ser entregues a Coordenadora da atenção básica em saúde e fiscal dos materiais homologados.

19.1.2 Condições do Produto

- a) Os equipamentos e materiais permanentes deverão ser novos, em perfeitas condições de uso, originais de fábrica e devidamente embalados, acompanhados de manuais, certificados de garantia e demais documentos técnicos exigidos.
- b) A entrega deverá incluir, quando aplicável, serviços de montagem, instalação e teste de funcionamento, realizada por equipe técnica qualificada, sem ônus adicional para a administração.

c) Os produtos deverão estar isentos de defeitos, avarias, corrosão ou sinais de uso anterior, e atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

19.1.3 Documentação Obrigatória

- a) Nota fiscal eletrônica correspondente aos itens entregues;
- b) Certidões fiscais válidas (federal, estadual, municipal e trabalhista);
- c) Dados bancários de conta corrente para fins de pagamento;
- d) Termos de garantia e manuais técnicos dos equipamentos.

19.1.4 Responsabilidade pelo Transporte

- a) O transporte até o local de entrega será de responsabilidade exclusiva da contratada, garantindo integridade do produto até o destino final.
- b) A contratada deverá realizar a entrega **com frete incluso**, responsabilizando-se pela integridade dos bens até o recebimento definitivo.

19.1.5 Recebimento e Aceitação

- a) O recebimento dos equipamentos e materiais permanente ocorrerá em duas etapas:
 - I. **Recebimento Provisório:** no ato da entrega, mediante conferência física e documental.
 - II. **Recebimento definitivo:** após a verificação do cumprimento integral das especificações e condições técnicas exigidas neste Termo de Referência.
- b) O recebimento será realizado por servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde – Departamento de Compras, Materiais e Patrimônio Público, que lavrarão termo próprio atestando a conformidade dos bens.
- c) Será exigido que os produtos possuem validade mínima de 6 a 12 meses do prazo total de validade no momento da entrega.
- d) Os bens deverão estar **em perfeitas condições de uso**, sem avarias, defeitos ou sinais de uso anterior.
- e) Devem atender rigorosamente às **especificações técnicas descritas** no Termo de Referência, incluindo marca, modelo, dimensões, capacidade, funcionalidades e certificações exigidas.
- f) A aceitação somente será concluída após verificação de que os itens estão **funcionando corretamente**, conforme sua finalidade.
- g) O prazo para análise e emissão do relatório de aceitação será de **até 05 (cinco) dias úteis** após a entrega dos bens e apresentação da documentação completa.
- h) Quando aplicável, os equipamentos deverão ser **instalados e testados** pela contratada, com acompanhamento da equipe técnica da contratante.

20 – DO PAGAMENTO

20.1 O pagamento à contratada será efetuado pela Administração, conforme a efetiva prestação dos serviços, através da **ORDEM DE SERVIÇO E/OU AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO** emitida pelo Departamento de Compras, Materiais e Patrimônio Público.

20.1.2 MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL E TÉCNICA EXIGIDA, OBSERVANDO-SE OS SEGUINTE CRITÉRIOS:

- 20.1.3 **Nota fiscal eletrônica**, emitida em conformidade com a legislação tributária vigente;
- 20.1.4 **Relatório de produção**, contendo os procedimentos realizados e devidamente assinados pelo Fiscal do Contrato;
- 20.1.5 **Declaração de conformidade dos serviços**, emitida pelo Fiscal do Contrato;
- 20.1.6 O pagamento está condicionado à **regularidade fiscal e trabalhista** da contratada, conforme verificação nos sistemas oficiais SICAF, FGTS, INSS, etc;
- 20.1.7 Em caso de **pendências ou não conformidades**, o pagamento poderá ser **suspenso** até a regularização;

21 – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

21.1 – A quantidade inicialmente contratada poderá ser acrescida e/ou suprimida dentro dos limites previstos na Lei n.º 14.133/21, podendo a supressão exceder tal limite, nos termos do § 2º, inciso II do mesmo artigo.

22- DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação das sanções previstas nos artigos 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021, observando-se o devido processo legal e o contraditório. A contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

22.2 Advertência: por infrações de menor gravidade, com indicação de prazo para correção.

22.2.1 Multa compensatória: até 10% do valor do contrato, em caso de inadimplemento total ou parcial.

22.2.2 Multa moratória: até 0,5% por dia de atraso, limitada a 20% do valor do contrato.

22.2.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por até 2 (dois) anos.

22.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

22.4 A aplicação das sanções será precedida de:

22.4.1 Notificação formal à contratada, com prazo para apresentação de defesa.

22.4.2 Análise técnica pela **DIRETORA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS** com base nos registros e relatórios do Fiscal do Contrato - **DIRETORA ADMINISTRATIVA-FMS/SEMSA/PMVJ**.

22.4.3 Decisão fundamentada da autoridade competente, com registro no processo administrativo.

23 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNID. ORÇAMENTARIA:	13	FMSVJ – FUNDO MUNIC. DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
PROG. DE TRABALHO:	301.0067	MOBILIÁRIO E APARELHAMENTO DO MAC
AÇÃO:	1-025	MOBILIÁRIO E APARELHAMENTO
NAT. DE DESPESA:	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO:	601	TRANSFERÊNCIAS

UNID. ORÇAMENTARIA:	13	FMSVJ – FUNDO MUNIC. DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
PROG. DE TRABALHO:	301.0067	MOBILIÁRIO E APARELHAMENTO DO FMS
AÇÃO:	1-026	MOBILIÁRIO E APARELHAMENTO FMS
NAT. DE DESPESA:	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO:	601	TRANSFERÊNCIAS

UNID. ORÇAMENTARIA:	13	FMSVJ – FUNDO MUNIC. DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
PROG. DE TRABALHO:	301.0067	MOBILIÁRIO E APARELHAMENTO DO PROGRAMA DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

AÇÃO:	1-027	MANUT. PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
NAT. DE DESPESA:	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO:	601	TRANSFERÊNCIAS

UNID. ORÇAMENTARIA:	13	FMSVJ – FUNDO MUNIC. DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
PROG. DE TRABALHO:	301.0067	MOBILIÁRIO E APARELHAMENTO DO PROGRAMA DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
AÇÃO:	1-027	MANUT. PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
NAT. DE DESPESA:	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO:	500	TRANSFERÊNCIAS

24 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 24.4 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
- 24.5 Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido.
- 24.6 As decisões da Pregoeira serão publicadas no Diário Oficial do Município e divulgadas no portal de transparência: <https://www.vitoriadojari.ap.gov.br>.
- 24.7 Para atender a seus interesses, a Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari-AP, poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos na Lei Federal n 14.133/21.
- 24.14 A Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- 24.9 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca Vitória do Jari-AP.
- 24.10 O vencedor deverá, durante a execução contratual, manter as condições de habilitação apresentada na licitação.
- 24.11 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Vitória do Jari, Estado do Amapá.

Maria De Lourdes Santana Da Silva
Diretora de Planejamento e Orçamento
Dec. 753/2025-GAB/PMVJ

ANEXO I
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
(UMA ATA PARA CADA FORNECEDOR)

Nº DA ATA XX/2025/FMS/SEMSA/PMVJ
PROCESSO n.º 2321/2025-FMS/SEMSA/PMVJ
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 014/2025 – CCP/FMS/SEMSA/PMVJ
VALIDADE: 12 (doze) meses

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade Orçamentária do MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI/AP, inscrito no CNPJ nº 12.456.167-0001-40, com sede na Pedro Ladislau da Silveira, nº 1135, Bairro Prainha, Vitória do Jari - AP, representada neste ato pelo Secretário de Saúde, o Senhor PAULO SÉRGIO PINHEIRO DIAS, ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a **EMPRESA XXXXXXXXXX- CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXX, com sede** rua: XXXXXX, Nº: XXXX – bairro XXXXX **cidade de XXXXXXXXXXXXXXXX**, adjudicatária do fornecimento abaixo indicado no PROCESSO nº XX/2025-GAB-FMS/SEMSA/PMVJ, PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) nº XX/2025-CPLCSO/SEMSA/PMVJ, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXX, portador da CI nº XXXX, CPF nº. XXXXXXXXXXXX, **DORAVANTE DENOMINADA DETENTOR DA ATA**, têm entre si, justo e avançado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento de materiais, nos termos da Lei nº 14.133/21, em face da Licitação nº 04/2024 - CPL/FMS/SEMSA/PMVJ, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica – SRP, registrar os preços da empresa segundo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO:

1.1 *Expediente a* AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICA EM SAÚDE, (POSTO PAGA DIVIDAS, UBS ATERRO DO MURIACÁ, UBS BEIRA RIO, UBS CIDADE LIVRE, UBS JARILÂNDIA, UBS SANTA CLARA E UBS CAULIM), DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI NA ZONA URBANA E RURAL.

1.2 Os preços do DETENTOR DA ATA, constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP, ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento.

1.3 A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmarem as contratações que deles poderão advir, ficando-lhes facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

1.4 Fica o DETENTOR DA ATA obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas os acréscimos que se fizerem necessários nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

2.1 O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, cujo termo inicial será a contar do ATO HOMOLOGATÓRIO do certame, ocorrido em/...../..... seguido da data de sua publicação, permanecendo em vigor os mesmos preços e condições observados no PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) nº 014/2025-CCP/SEMSA/PMVJ.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES:

3.1 Integram o presente Registro de Preços à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI – SEMSA-FMS-PMVJ como ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

4.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Empresa Vencedora:					
CNPJ:					
Endereço:					
Cidade:			Telefone:		
UF:			E-mail:		
DESCRIÇÃO DOS ITENS ADJUDICADOS E HOMOLOGADOS					
XXXXXXXXXXXXXXXXXX					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QUANT	VL. UNT	TOTAL

4.3 DO PAGAMENTO

4.3.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a contar da data de apresentação do Requerimento, Nota Fiscal, Recibos 2 (duas) vias, Certidões Negativas atualizadas (FGTS, INSS ou documento equivalente, SEFAZ, Prefeitura de Vitória do Jari, Receita Federal e Débitos Trabalhistas) e DAM (Documento de Arrecadação do Município de Vitória do Jari) devidamente pagos;

4.3.2 Os documentos deverão ser atestados por Comissão a ser constituída pelo órgão requisitante para o recebimento do objeto;

4.3.3 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pelo próprio DETENTOR DA ATA, obrigatoriamente com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ apresentado nos documentos da proposta e neste CONTRATO, não se admitindo Nota Fiscal/Fatura emitida com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

4.3.4 A fatura que for apresentada com erro será devolvida ao DETENTOR DA ATA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

4.3.5 Quando do pagamento será feita a verificação da regularidade do DETENTOR DA ATA, sendo que, estando a mesma em situação irregular, o pagamento será suspenso até a devida regularização, sem que tal situação venha caracterizar atraso.

4.3.6 Nenhum pagamento será realizado se constatada que as entregas estão em desacordo com o DETENTOR DA ATA.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

5.1 A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista e indicada no processo pelas áreas competentes da Secretaria e Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP, sob as rubricas, e as dotações correspondentes para 2025.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO:

6.1 Durante a validade do registro, o DETENTOR DA ATA poderá ser convidada pelos órgãos integrantes a firmar contratações de fornecimento do objeto licitado.

6.2 A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura de termo de contrato ou pelo simples recebimento pelo fornecedor da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão requisitante do objeto.

6.3 A recusa em assinar o contrato ou em receber a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento correspondente, implicará na inexecução total do compromisso assumido, sujeitando-se o contratado à aplicação das sanções previstas nesta Ata e no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) nº. 014/2025-CCP/SEMSA/PMVJ.

6.4 Os compromissos contratuais firmados entre as empresas vencedoras e os órgãos integrantes do Registro de Preços serão: o Edital e seus anexos, a documentação apresentada pelo Licitante, a Ata de Registro de Preços, a Autorização de Fornecimento - AF e a Nota de Empenho emitida em favor dele, independentemente de outras transcrições.

CLAUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÃO DA ATA:

7.1 Esta Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na legislação.

CLAUSULA OITAVA - REVISÃO DE PREÇOS:

“Art. 142. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

VI – As condições para alteração de preços registrados;

§ 5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:

IV – Atualização periódica dos preços registrados;”

8.1 Nas hipóteses previstas na Lei 14.133, de 01/04/2021, o órgão gerenciador poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante solicitação fundamentada e aceita pela Administração.

8.2 No caso de solicitação de revisão de preço por parte do DETENTOR DA ATA, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação, dentre outros critérios, o Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotados pelo Governo Federal.

8.3 Na ocasião do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, torna-se superior ao preço praticado no mercado o ORGÃO GERENCIADOR deverá: convocar o DETENTOR DA ATA visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; frustrada a negociação, o DETENTOR DA ATA será liberada do compromisso assumido; e convocar o próximo mais bem classificado no certame PE (SRP) nº XX/2025-CCP/SEMSA/PMVJ, visando igual oportunidade de negociação. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o DETENTOR DA ATA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o ORGÃO GERENCIADOR poderá liberar o DETENTOR DA ATA do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido do produto; e convocar os demais DETENTORES DA ATA visando igual oportunidade de negociação. Não havendo êxito nas negociações, o GERENCIADOR DA ATA poderá proceder ao cancelamento do registro do DETENTOR DA ATA, quando for o caso, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.4 Sendo julgada procedente na revisão serão mantidos o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

8.5 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período, é vedado à contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços.

CLÁUSULA NONA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 Os Produtos deverão ser entregues no prazo de 15 a 30 (quinze a trinta) dias úteis corridos, após o recebimento da Ordem de Fornecimento ou Autorização de Fornecimento.

9.2 Local de Entrega:

9.2.1 Secretaria Municipal de Saúde – Departamento de Compras, Materiais e Patrimônio Público, Rua Pedro Ladislau, nº 3511, Bairro Prainha, Município de Vitória do Jari/AP – CEP 614924-000, ou outro endereço indicado pela Administração.

9.3 Condições do Produto:

9.3.1 Entregar os equipamentos e materiais permanentes **novos, originais de fábrica, sem uso anterior**, conforme especificações técnicas detalhadas.

9.3.2 Garantir que todos os itens estejam **em perfeitas condições de funcionamento**, acompanhados de manuais, certificados e acessórios necessários.

9.4 Documentação Obrigatória:

9.4.1 Nota fiscal eletrônica correspondente aos itens entregues;

9.4.2 Certidões fiscais válidas (federal, estadual, municipal e trabalhista);

9.4.3 Dados bancários de conta corrente para fins de pagamento;

9.4.4 Termos de garantia e manuais técnicos dos equipamentos.

9.5 Responsabilidade pelo Transporte:

9.5.1 A contratada deverá realizar a entrega **com frete incluso**, responsabilizando-se pela integridade dos bens até o recebimento definitivo.

9.6 Recebimento e Aceitação

9.6.1 Serão aceitos apenas equipamentos e materiais que estejam **em conformidade com as especificações técnicas** descrita no edital ou termo de referência, incluindo marca, modelo, dimensões, capacidade, funcionalidades e certificações exigidas.

9.6.2 Os bens deverão estar **em perfeitas condições de uso**, sem avarias, defeitos ou sinais de uso anterior.

9.6.3 A aceitação será condicionada à **verificação física e documental** dos itens, realizada por servidor designado, com base em:

a) Nota Fiscal;

b) Certificados de garantia do fabricante;

c) Laudo técnico, quando exigidos;

d) Manuais técnicos dos equipamentos

9.6.4 A contratada deverá realizar troca de produtos que apresentem falhas ou não conformidades, sem ônus para a Administração.

CLAUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

10.1. O fornecedor vencedor da licitação deverá cumprir, de forma integral, as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato administrativo e na legislação vigente, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo o fiel cumprimento do objeto contratado. São obrigações do fornecedor:

10.2. Fornecimento do Bem conforme especificações

Entregar os **equipamentos e materiais permanentes para atender as unidades Básica em Saúde, (Posto Paga Dividas, UBS Aterro do Muriacá, UBS Beira Rio, UBS Cidade Livre, UBS Jarilândia, UBS Santa Clara e UBS Caulim), do Município de Vitória do Jari na zona urbana e rural.**

10.3. Garantia mínima obrigatória

Garantir, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega e recebimento definitivo do bem, ou pelo prazo de garantia indicado pelo fabricante, prevalecendo o que for mais favorável à Administração.

10.4. Assistência Técnica

Manter assistência técnica permanente durante o período da garantia, prestando suporte à Secretária Municipal de Saúde quanto manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças e funcionamento adequado dos equipamentos, sem ônus adicional à Administração.

10.5. Substituição de produtos irregulares

Substituir, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contadas a partir da notificação formal emitida pela fiscalização contratual, sem ônus adicional à Administração.

10.6. Responsabilidade pelo transporte e entrega

Os materiais deverão ser entregues nos seguintes locais, conforme cronograma definido pelo Departamento de Compras, Materiais e Patrimônio Público no seguinte endereço:

10.6.1 Rua Pedro Ladislau, nº 3511 – Bairro Prainha, no Município de Vitória do Jari/Ap.

10.6.2 Os materiais e equipamentos deverão ser entregues a Coordenadora da atenção básica em saúde e fiscal dos materiais homologados.

10.6.3 A contratada deverá realizar a entrega **com frete incluso**, responsabilizando-se pela integridade dos bens até o recebimento definitivo.

10.6.4 O fornecedor deverá agendar previamente a entrega com o setor responsável, respeitando o horário de funcionamento das unidades: **segunda a sexta-feira, das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 18h.**

10.7. Regularização documental dos Bens

Responsabilizar-se pela regularização completa dos documentos obrigatórios dos bens, inclusive:

- I. Nota fiscal emitida conforme legislação tributária vigente;
- II. Certificados de conformidade (INMETRO, ANVISA, ou outros exigidos pela natureza do equipamento);
- III. Termo de Garantia do fabricante e manual técnico de operação;
- IV. Declaração de origem e autenticidade, quando exigidos pela contratante;
- V. Registro Sanitário para equipamentos e materiais sujeitos à vigilância sanitária.

10.8. Responsabilidade civil, trabalhista e tributária

Assumir integral responsabilidade por todos os encargos decorrentes da execução contratual, inclusive de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, civil e comercial, isentando a Administração Pública de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

10.9. Cumprimento da legislação vigente

Atuar em estrita conformidade com as normas da Lei nº 14.133/2021, Lei nº 123/2006, Lei 4.320/1964, bem como as normas técnicas da ABNT, regulamentos do INMETRO, código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas aplicáveis à aquisição de bens permanentes e a Administração Pública.

10.10. Penalidades por inadimplemento

Sujeitar-se, em caso de descumprimento das obrigações assumidas, às penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, conforme a gravidade da infração, incluindo advertência, multa, suspensão temporária, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR DA ATA

11.1 À Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP, na qualidade de órgão contratante e demandante da presente aquisição, caberá o cumprimento das seguintes obrigações, indispensáveis à execução regular do contrato administrativo e à garantia da adequada entrega do objeto licitado:

11.2. Disponibilização de informações e condições para o cumprimento contratual

Disponibilizar ao fornecedor todas as informações necessárias à execução do objeto contratado, tais como endereço para entrega, local de recebimento dos veículos, dados da equipe de fiscalização e outros aspectos operacionais relevantes.

11.3. Fornecimento de estrutura mínima de apoio

Garantir o suporte necessário para que o recebimento dos bens ocorra de forma segura, organizada e documentada, incluindo espaço físico adequado para entrega e conferência dos produtos.

11.4. Pagamento ao contratado

Efetuar o pagamento ao fornecedor conforme as condições estabelecidas no contrato, após o recebimento definitivo dos bens e a devida apresentação da nota fiscal, desde que acompanhada da documentação exigida e do atesto do fiscal do contrato.

O prazo de pagamento observará o limite previsto na Lei nº 14.133/2021 (art. 141), ou outro que for estipulado expressamente no edital e no contrato.

11.5. Aplicação de sanções, quando cabíveis

Aplicar as penalidades previstas no edital e na legislação vigente, nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, atraso injustificado ou descumprimento contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.6. Comunicação formal

Manter comunicação por meios formais e institucionais com o contratado, utilizando e-mail corporativo, ofícios ou outros instrumentos oficiais para convocação, notificações, solicitações e recebimento de documentos.

11.7. Responsabilidade pelos recursos orçamentários

Garantir a disponibilidade orçamentária e financeira para a aquisição dos bens, emitindo empenho regularmente, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), a Lei nº 4.320/1964 e a Lei nº 14.133/2021.

11.8. Publicidade dos atos

Promover a publicação dos atos relacionados ao contrato, tais como: extrato da ata de registro de preços, contrato assinado, alterações, pagamentos, sanções e encerramento, em atenção ao princípio da transparência e às determinações dos arts. 174 e 175 da Lei nº 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GERENCIAMENTO DA ATA

12.1 O gerenciamento compreende o acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata e será exercido pelos GERENCIADORES DA ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CANCELAMENTO DE REGISTRO

13.1 O DETENTOR DA ATA terá seu registro cancelado pelo ORGÃO GERENCIADOR, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo máximo de 03 dias úteis, contados da comunicação efetivada pelo ORGÃO GERENCIADOR, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àquele praticado no mercado;
- d) estiver presentes razões de interesse público.

PARAGRAFO PRIMEIRO. O DETENTOR DA ATA poderá requisitar, por escrito, o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1 Caso o DETENTOR DA ATA convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal garantida o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas nesta ata e das demais cominações legais; Pelo atraso, erro de execução, execução imperfeita, inexecução total ou parcial do contrato e o descumprimento de qualquer condição prevista neste Edital, o ORGÃO GERENCIADOR poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, conforme o caso, as seguintes penalidades:

E no Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 14º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

O Foro da Comarca de Vitória do Jari, Estado do Amapá é o competente para dirimir eventuais questões resultantes desta Ata ou de sua interpretação, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

O ORGÃO GERENCIADOR cabe o direito de revogar esta Ata por interesse público, observando-se o disposto na Lei nº 14.133/21 e nesta Ata. Se qualquer das partes relevarem alguma eventual falta relacionada com a execução desta Ata, tal fato não significa liberação ou desoneração a quaisquer delas, para o cometimento de outras. Integra esta Ata, PROCESSO XX/2025-FMS-SEMSA/PMVJ- Edital de PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) nº XX/2025-CCP/SEMSA-FMS-PMVJ e a proposta do DETENTOR DA ATA para todos os fins de direito, independente de transcrição e seus anexos. Compete ao ORGÃO GERENCIADOR dirimir divergência, de qualquer natureza, entre os documentos integrantes desta Ata. E por estarem de perfeito acordo, firmam a presente Ata em 04 (quatro) vias, a qual lida e achada conforme, é assinada pelas partes na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA

As cláusulas aqui não expressas ou que estejam em desacordo com o edital deste Pregão Eletrônico, deverão ser consideradas em sua íntegra como estão descritos no Edital, este terá absoluta soberania sobre qualquer minuta expressa nos anexos.

Vitória do Jari/AP, dede 2025.

PAULO SERGIO PINHEIROS DIAS
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 08/2025-GAB/PMVJ

FRANCINUNES DE LIMA REPOLHO
Decreto nº 751/2025 - PMVJ
Coordenadoria - FMSVJ

Fornecedor 1
[inserir razão social da empresa]
[inserir representante legal da empresa]

TESTEMUNHAS:

CPF/MF n.º

CPF/MF n.º

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

- 1.1 Em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 — que institui o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos — este Termo de Referência tem por finalidade apresentar os elementos técnicos, justificativas e condições necessárias para a contratação pretendida, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e planejamento.
- 1.2 A elaboração deste documento está fundamentada no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, que identificou a necessidade administrativa e avaliou as alternativas disponíveis, propondo a solução mais adequada para atender ao interesse público. O presente Termo de Referência detalha o objeto a serem contratados, os requisitos mínimos de qualidade e desempenho, os critérios de sustentabilidade, bem como os parâmetros de execução e fiscalização, conforme exigido pela legislação vigente.

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:

- 2.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICA EM SAÚDE, (POSTO PAGA DIVIDAS, UBS ATERRO DO MURIACÁ, UBS BEIRA RIO, UBS CIDADE LIVRE, UBS JARILÂNDIA, UBS SANTA CLARA E UBS CAULIM), DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI NA ZONA URBANA E RURAL, UTILIZANDO O RECURSO DE EMENDA PARLAMENTAR DE NÚMERO 43580010.

2.2 **PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 2321/2025 – FMS/SEMSA/PMVJ

3. QUANTITATIVOS E SERVIÇOS:

3.1 **PLANILHA:**

ORDEM	NOME DO EQUIPAMENTO	UNIDADE	QUANT. TOTAL
1	ARMÁRIO - Especificações: aço escritório com 3 prateleira	UND	31
2	ARMÁRIO VITRINE - Especificações: Cirúrgico Vitrine Com 02 Portas	UND	16
3	ARQUIVO - Especificações: confeccionado em chapa de aço 26 (0,45 mm) laminada na parte superior em chapa 24 (0,60 mm).	UND	18
4	AR CONDICIONADO - Especificações: Split 12.000 BTUs	UND	60
5	ADIPÔMETRO	UND	3
6	AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA (ATÉ 75 LITROS)	UND	12
7	ASPIRADOR DE SECREÇÕES ELÉTRICO MÓVEL	UND	2
8	APARELHO DE RAIOS X - ODONTOLÓGICO	UND	1
9	ARTICULADOR ODONTOLÓGICO	UND	2

10	APARELHO DE SOM - Especificações: Aparelho de Som - Amplificada Portátil – Potência mínima de 1000 W RMS; equipada com 2 woofers de 10" e tweeters de 3" e 6"; função de pareamento sem fio (TWS) para duplicação de som; iluminação LED RGB sincronizada; conexões: Bluetooth, USB, SD, entrada P10 para microfone/instrumento e rádio FM; design com alças de transporte, rodas e controle remoto incluso. Dimensões aproximadas: Largura 38 cm, Altura 98 cm, Profundidade 39 cm. Peso: até 16 kg.	UND	1
11	BALDE A PEDAL - Especificações: 20 L Acabamento Polido e Balde Interno Removível	UND	56
12	BALDE/ LIXEIRA	UND	51
13	BEBEDOURO/ PURIFICADOR REFRIGERADO	UND	15
14	BIOMBO	UND	22
15	BRAÇADEIRA PARA INJEÇÃO	UND	13
16	BANQUETA	UND	4
17	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA PARA OBESOS	UND	2
18	BOMBA À VÁCUO ODONTOLÓGICA	UND	1
19	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL	UND	1
20	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ADULTO	UND	5
21	BALANÇA DIGITAL PORTÁTIL	UND	8
22	CADEIRA DE RODAS PEDIÁTRICA	UND	1
23	CADEIRA DE RODAS ADULTO	UND	2
24	CADEIRA - Especificações: Executiva Pé Palito Tecido Azul com Preto Quartz AZUL/PRETO	UND	217
25	CADEIRA PARA OBESO - Especificações: Suporta até 250kg Giratória para Obesos	UND	1
26	CADEIRA PARA COLETA DE SANGUE	UND	3
27	CARRO DE CURATIVOS	UND	5
28	CARRO MACA SIMPLES	UND	4
29	CARRO DE EMERGÊNCIA	UND	1
30	CILINDRO DE GASES MEDICINAIS	UND	16
31	CARRO PARA MATERIAL DE LIMPEZA	UND	5

32	COMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK) - Especificações: Processador mínimo Intel® Core™ i7 de 13ª geração, com no mínimo 10 núcleos híbridos (núcleos de eficiência de até 3,60 GHz e núcleos de desempenho de até 4,90 GHz) ou equivalente; memória RAM 16 GB DDR5, frequência mínima de 4.800 MT/s; armazenamento em SSD de 512 GB padrão M.2 PCIe Gen4; tela de 15,3" WUXGA (1920 x 1200), tecnologia antirreflexo, brilho mínimo de 300 nits, 60 Hz e cobertura mínima de 45% NTSC; placa gráfica integrada compatível; câmera mínima HD 720p com microfone duplo e obturador de privacidade; conectividade Wi-Fi 6 (2x2 AX) e Bluetooth 5.3 ou superior; bateria de íon de lítio com no mínimo 3 células e 50 Wh; fonte de alimentação de no mínimo 65 W; teclado em português (BR); touchpad de precisão; sistema operacional Windows 11 (ou versão mais atual compatível) em português (BR); cor cinza ou equivalente;	UND	7
33	COMPUTADOR (DESKTOP-BÁSICO) - Especificações: Processador mínimo Intel® Core™ i7 de 12ª geração ou equivalente; sistema operacional Windows 11 (ou versão mais atual compatível), em português (BR); memória RAM mínima de 8 GB DDR4 ou superior, expansível; armazenamento em SSD de no mínimo 512 GB; BIOS em modo UEFI; tela integrada de no mínimo 23,8" Full HD ou superior, antirreflexo; conectividade com rede sem fio Wi-Fi e Bluetooth; portas USB e HDMI compatíveis; teclado e mouse inclusos, ambos em português (BR);	UND	26
34	COMPUTADOR (DESKTOP-AVANÇADO) - Especificações: All-in-One – Processador mínimo Intel® Core™ i7 de 13ª geração ou equivalente; sistema operacional Windows 11 (ou versão mais atual compatível), em português (BR); memória RAM mínima de 16 GB DDR5 ou superior, expansível; armazenamento SSD de no mínimo 1 TB PCIe NVMe; tela integrada de 23,8" Full HD IPS, antirreflexo; placa de vídeo integrada com memória compartilhada; conectividade com rede sem fio Wi-Fi e Bluetooth; portas USB e HDMI compatíveis; teclado e mouse sem fio inclusos, em português (BR); equipamento adequado para uso corporativo intensivo, multitarefas e operações on-call.	UND	3
35	CARRO PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS (DIVERSOS)	UND	1
36	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	UND	4
37	CÂMERA DE VIDEOCONFERÊNCIA	UND	3
38	CAMA ELÁSTICA PROPRIOCEPTIVA	UND	1
39	CENTRAL DE NEBULIZAÇÃO	UND	3
40	CAIXA TÉRMICA	UND	6
41	DETECTOR FETAL	UND	6
42	DESTILADOR DE ÁGUA	UND	7
43	ESTABILIZADOR DE TENSÃO/MÓDULO ISOLADOR (PARA COMPUTADOR)	UND	1
44	ESFIGMOMANÔMETRO OBESO	UND	4
45	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO	UND	13
46	ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL	UND	9

47	EQUIPO CART ODONTOLÓGICO	UND	1
48	ESTETOSCÓPIO ADULTO	UND	2
49	ESTETOSCÓPIO INFANTIL	UND	4
50	EXAUSTOR DE AR INDUSTRIAL	UND	2
51	ESCADA DIGITAL EM MADEIRA PARA REABILITAÇÃO	UND	2
52	ESCADA COM 2 DEGRAUS	UND	18
53	ESCADA COM 3 DEGRAUS	UND	2
54	EXERCITADOR DE MÃOS E DEDOS	UND	13
55	FOTÓFORO - FOCO DE LUZ DE CABEÇA	UND	1
56	FES	UND	1
57	FOCO REFLETOR AMBULATORIAL	UND	5
58	FOGÃO	UND	7
59	FORNO DE MICROONDAS	UND	4
60	FOTOPOLIMERIZADOR DE RESINAS	UND	1
61	GELADEIRA/ REFRIGERADOR	UND	9
62	GRUPO GERADOR (8 A 100 KVA) - Especificações: trifásico 380V, 60 Hz, com potência nominal mínima de 100 kVA (prime) e potência máxima de 125 kVA (stand-by); motor a diesel de 6 cilindros, refrigerado a água, com rotação de 1800 RPM; alternador trifásico de 4 polos, excitação rotativa brushless, regulador eletrônico de tensão (AVR); painel de controle com monitoramento completo dos parâmetros de operação; estrutura acústica do tipo Silent; compatível com automação de partida automática (ATS Ready); equipado com proteções integradas contra superaquecimento e baixa pressão de óleo; adequado para uso industrial, comercial ou emergencial, garantindo fornecimento contínuo e confiável de energia elétrica;	UND	1
63	GLICOSÍMETRO	UND	4
64	IMPRESSORA LASER (COMUM)	UND	24
65	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL (COPIADORA, SCANNER E FAX OPCIONAL)	UND	3
66	LONGARINA	UND	14
67	LANTERNA CLÍNICA	UND	6
68	LARINGOSCÓPIO ADULTO	UND	4
69	LARINGOSCÓPIO INFANTIL	UND	5
70	LASER PARA FISIOTERAPIA	UND	4
71	NO-BREAK (PARA COMPUTADOR/IMPRESSORA)	UND	17
72	NEBULIZADOR PORTÁTIL	UND	6
73	NEGATOSCÓPIO	UND	1
74	MICROFONE	UND	2
75	MICROSCÓPIO LABORATORIAL BÁSICO	UND	1
76	MESA DE ESCRITÓRIO	UND	11
77	MESA DE REUNIÃO	UND	2

78	MESA AUXILIAR	UND	5
79	MESA DE EXAMES	UND	15
80	MESA PARA IMPRESSORA	UND	11
81	MESA PARA COMPUTADOR	UND	17
82	MESA PARA REFEITÓRIO	UND	3
83	MESA DE MAYO	UND	2
84	MESA GINECOLÓGICA	UND	4
85	MOCHO	UND	5
86	OFTALMOSCÓPIO	UND	1
87	OTOSCÓPIO SIMPLES	UND	2
88	PROJETOR MULTIMÍDIA (DATASHOW)	UND	5
89	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO (AMBU)	UND	5
90	REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIÁTRICO (AMBU)	UND	4
91	RÁDIO COMUNICADOR MARÍTIMO	UND	1
92	RACK DE SERVIDOR	UND	1
93	REFLETOR ODONTOLÓGICO	UND	3
94	SELADORA	UND	10
95	SUORTE DE HAMPER	UND	7
96	SWITCH	UND	1
97	SUORTE DE SORO	UND	15
98	TERMÔMETRO CLÍNICO	UND	6
99	TELEVISOR	UND	8
100	TENS - ESTIMULADOR TRANSCUTÂNEO	UND	3
101	TABLET	UND	41
102	TENS E FES	UND	2
103	TELA DE PROJEÇÃO	UND	2
104	UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR	UND	2
105	ULTRASSOM ODONTOLÓGICO	UND	4
106	ULTRASSOM PARA FISIOTERAPIA	UND	2

4. ESTIMATIVAS DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS:

4.1 A estimativa do preço baseou-se em valores repassados pelo setor privado, por meio de orçamentos, realizou-se média aritmética simples entre os três orçamentos para chegar ao valor estimado para aquisição.

4.2 PREÇOS REFERENCIAIS:

Fornecedor A	Fornecedor B	Fornecedor C	Fornecedor D	Fornecedor E	MÉDIA DE PREÇO
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2.074.440,00	2.057.814,78	2.343.605,50	1.410.080,00	2.619.641,82	2.141.155,67

- 1.1 O valor estimado em média ficou **R\$ 2.141.155,67 (dois milhões cento e quarenta e um mil cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e sete centavos)**.

5. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO:

- 5.1 A presente contratação tem por objetivo a **aquisição de equipamentos e materiais permanentes** destinados à estruturação e ao fortalecimento das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Vitória do Jari, visando garantir condições adequadas de funcionamento, atendimento humanizado e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.
- 5.2 O município possui UBSs localizadas tanto na zona urbana quanto em áreas rurais e ribeirinhas, muitas das quais enfrentam **deficiências estruturais e carência de equipamentos essenciais** para o desenvolvimento das atividades assistenciais, administrativas e de apoio técnico. A ausência ou obsolescência de mobiliário, equipamentos médicos, odontológicos, de informática e de suporte operacional compromete a eficiência dos atendimentos e a segurança de usuários e profissionais.
- 5.3 A contratação é **justificada pela necessidade de reestruturação física e tecnológica das unidades de saúde**, com foco na ampliação da capacidade instalada, na padronização dos ambientes e na valorização das equipes multiprofissionais. A medida está alinhada às diretrizes da Atenção Primária à Saúde (APS) e ao princípio da equidade no acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).
- 5.4 Além disso, a aquisição está **amparada por recursos financeiros oriundos da Emenda Parlamentar nº 43580010**, cuja finalidade específica é o investimento em bens permanentes para a rede de atenção básica, conforme previsto no Plano de Aplicação aprovado.
- 5.5 Portanto, a contratação é **necessária, oportuna e estratégica**, representando um avanço na consolidação de uma rede de saúde pública mais eficiente, resolutive e acessível à população de Vitória do Jari.

6. FUNDAMENTAÇÃO EM LEI PARA CONTRATAÇÃO:

6.1 Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

- 6.1.1 **Art. 1º:** Estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
- 6.1.2 **Art. 6º, inciso XXII:** Define “aquisição” como modalidade de contratação de bens para atendimento ao interesse público.
- 6.1.3 **Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal:** Determina que as contratações públicas devam observar o princípio da licitação, salvo exceções previstas em lei.

6.2 Portaria GM/MS nº 3.390/2013

- 6.2.1 Dispõe sobre a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a estruturação da rede de atenção básica à saúde, com recursos oriundos de emendas parlamentares.

6.3 Emenda Parlamentar nº 43580010

- 6.3.1 Recurso federal destinado especificamente à melhoria da infraestrutura das UBSs, conforme registrado no Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias (SICONV) e no Portal da Transparência.

6.4 Lei nº 8.080/1990 – Lei Orgânica da Saúde

- 6.4.1 **Art. 7º, inciso IV:** Garante a universalidade do acesso à saúde como direito do cidadão e dever do Estado.

6.4.2 **Art. 15, inciso II:** Prevê a aquisição de bens e serviços como parte das ações e serviços públicos de saúde.

6.5 **Princípios Constitucionais e Administrativos**

6.5.1 **Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência** (Art. 37 da CF/88).

6.5.2 **Planejamento e Interesse Público** como fundamentos da atuação administrativa

6.6 Essa fundamentação garante que o processo de contratação esteja alinhado com os princípios legais, constitucionais e administrativos, assegurando transparência, eficiência e legalidade na aplicação dos recursos públicos.

7. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR:**

7.1 A seleção do fornecedor será realizada por meio de **pregão eletrônico**, conforme os dispositivos da **Lei nº 14.133/2021**, que privilegia a eficiência, transparência e ampla competitividade nas contratações públicas.

7.2 **FORMA DE LICITAÇÃO:**

7.2.1 **Modalidade:** *Pregão eletrônico*, conforme arts. 28, 29 e 30 da nova Lei de Licitações, destinado à aquisição de bens comuns, como gêneros alimentícios.

7.2.2 **Procedimento:** Utilização de sistema eletrônico que assegure publicidade, celeridade e redução de custos operacionais.

7.2.3 **Regime de contratação:** Sistema de registro de preços poderá ser adotado, quando o fornecimento for frequente ou contínuo.

7.3 **CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:**

7.3.1 A proposta vencedora será aquela que:

7.3.2 Apresentar o **menor preço unitário por item**, desde que compatível com os valores de mercado e com a estimativa de custo.

7.3.3 Atender integralmente às **especificações técnicas** descritas no Termo de Referência.

7.3.4 Garantir **prazo de entrega compatível** com as necessidades da administração.

7.3.5 Oferecer **garantia de 12 (doze) meses** para todos os equipamentos, com assistência técnica disponível.

7.4 **CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO:**

7.4.1 Os licitantes deverão apresentar documentação que comprove:

a) **Regularidade jurídica e fiscal**, incluindo certidões negativas de débitos tributários, previdenciários e trabalhistas.

b) **Capacidade técnica**, por meio de atestados de fornecimento anterior de bens similares, emitidos por entidades públicas ou privadas.

c) **Compatibilidade do objeto social**, conforme registrado no CNPJ, com o fornecimento dos equipamentos e materiais permanentes.

d) **Declaração de cumprimento das normas ambientais e sanitárias**, quando aplicável.

7.5 **CONDIÇÕES ADICIONAIS:**

- a) Será exigida a **entrega dos bens no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde**, com frete incluso.
 - b) A empresa deverá realizar a **instalação e montagem dos equipamentos**, quando aplicável.
 - c) O contrato poderá prever **penalidades por descumprimento**, conforme cláusulas específicas.
- 7.6 Essa forma de seleção assegura ampla concorrência, transparência e eficiência na escolha do fornecedor mais adequado para atender às necessidades das UBSs do município.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

- 8.1 Prevista no subitem 10 do estudo técnico preliminar
- 8.2 A solução proposta consiste na **contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos e materiais permanentes**, com vistas à **estruturação e modernização das Unidades Básicas de Saúde (UBS)** do município de Vitória do Jari, abrangendo tanto a zona urbana quanto a zona rural.
- 8.3 Essa contratação será viabilizada por meio de recursos oriundos da **Emenda Parlamentar nº 43580010**, e tem como objetivo atender às necessidades específicas das seguintes unidades:
- a) Posto Paga Dívida
 - b) UBS Aterro do Muriacá
 - c) UBS Beira Rio
 - d) UBS Cidade Livre
 - e) UBS Jarilândia
 - f) UBS Santa Clara
 - g) UBS Caulim
- 8.4 **A SOLUÇÃO CONTEMPLA:**
- 8.4.1 **Aquisição Planejada de Bens**
- a) Equipamentos médicos, odontológicos, de informática, mobiliário clínico e administrativo.
 - b) Itens selecionados conforme levantamento técnico das necessidades reais de cada UBS.
 - c) Quantidade total estimada: **1.037 unidades**
- 8.5 **Padronização e Qualificação da Infraestrutura**
- a) Garantia de condições mínimas para funcionamento pleno das UBSs.
 - b) Atendimento às normas sanitárias e técnicas exigidas para ambientes de saúde.
 - c) Redução de disparidades entre unidades urbanas e rurais.
- 8.6 **Execução Transparente e Legal**
- a) Processo conduzido conforme os princípios da **Lei nº 14.133/2021**.
 - b) Elaboração de Termo de Referência detalhado, com especificações técnicas e critérios objetivos.
 - c) Contratação com base em estimativa de valor compatível com o mercado e com os recursos disponíveis.
- 8.7 **Resultados Esperados**
- a) Melhoria da qualidade e resolutividade dos atendimentos.
 - b) Maior eficiência na gestão dos serviços de saúde.
 - c) Fortalecimento da atenção primária como porta de entrada do SUS.

8.8 Essa solução representa uma resposta concreta e planejada às demandas da população, promovendo saúde com dignidade, eficiência e equidade.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1 A empresa contratada será responsável pelo cumprimento integral das obrigações previstas no contrato, conforme as condições estabelecidas no edital e no Termo de Referência. As principais obrigações incluem:

9.1.1 Fornecimento dos Bens:

- a) Entregar os equipamentos e materiais permanentes **novos, originais de fábrica, sem uso anterior**, conforme especificações técnicas detalhadas.
- b) Garantir que todos os itens estejam **em perfeitas condições de funcionamento**, acompanhados de manuais, certificados e acessórios necessários.

9.1.2 Prazo e Local de Entrega:

- a) Realizar a entrega dos bens **no prazo máximo estabelecido na ata de registro de preço/ ou contrato**, contados a partir da assinatura da ordem de fornecimento.
- b) Efetuar a entrega nos locais indicados pela **Secretaria Municipal de Saúde**, incluindo UBSs urbanas e rurais, com frete incluso.

9.1.3 Montagem e Instalação:

- a) Realizar a **montagem, instalação e configuração** dos equipamentos, quando aplicável, garantindo seu pleno funcionamento.
- b) Disponibilizar equipe técnica qualificada para execução dos serviços, sem ônus adicional para a administração.

9.1.4 Garantia e Assistência Técnica:

- a) Oferecer **garantia mínima de 12 (doze) meses** para todos os itens fornecidos, contados a partir do recebimento definitivo.
- b) Prestar **assistência técnica** durante o período de garantia, com atendimento ágil em caso de defeitos ou falhas.

9.1.5 Documentação e Regularidade:

- a) Apresentar toda a documentação fiscal e técnica exigida para o recebimento dos bens.
- b) Manter-se **regular perante os órgãos fiscais, trabalhistas e previdenciários** durante toda a vigência contratual.

9.1.6 Responsabilidade Ambiental:

- a) Realizar o **descarte adequado das embalagens e resíduos gerados** durante a entrega e instalação, conforme legislação ambiental vigente.
- b) Adotar práticas sustentáveis sempre que possível, como uso de materiais recicláveis e logística reversa.

9.1.7 Cumprimento das Penalidades:

- a) Submeter-se às **penalidades previstas no contrato** em caso de descumprimento das obrigações, incluindo advertência, multa, suspensão e rescisão contratual.

9.2 Essas obrigações garantem que a execução da contratação ocorra com qualidade, segurança e responsabilidade, promovendo o bom uso dos recursos públicos e a melhoria efetiva da infraestrutura das UBSs.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1 A contratante, representada pela **Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Jari do Fundo Municipal de Saúde**, compromete-se a cumprir as seguintes obrigações durante a vigência contratual, garantindo a boa execução do objeto e o respeito às normas legais:

10.2 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:

10.2.1 Designar servidor ou equipe técnica responsável pela **fiscalização da execução da ata de registro de preço/ ou contrato**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

10.2.2 Acompanhar o cumprimento dos prazos, especificações técnicas e condições de entrega dos bens.

10.3 RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA DOS BENS:

10.3.1 Realizar o **recebimento provisório e definitivo** dos equipamentos, mediante conferência física e documental.

10.3.2 Verificar a conformidade dos itens entregues com as especificações do Termo de Referência e da proposta vencedora.

10.4 DISPONIBILIZAÇÃO DE LOCAL E CONDIÇÕES PARA ENTREGA:

10.4.1 Informar previamente os **endereços e horários de entrega** nas UBSs indicadas.

10.4.2 Garantir que os locais estejam **acessíveis e preparados** para receber os equipamentos, inclusive com infraestrutura básica compatível.

10.5 APOIO À INSTALAÇÃO E CAPACITAÇÃO:

10.5.1 Disponibilizar acesso às unidades para realização de **instalação, montagem e testes dos equipamentos**, quando aplicável.

10.5.2 Apoiar a realização de **capacitação técnica** dos profissionais, caso prevista no contrato.

10.6 CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS:

10.6.1 Assegurar que todo o processo de contratação esteja em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**, incluindo publicidade, transparência e controle interno.

10.6.2 Manter os registros e documentos do processo disponíveis para **auditoria e controle externo**, quando solicitado.

10.7 Essas obrigações garantem que a administração pública atue com responsabilidade, transparência e eficiência, promovendo a correta aplicação dos recursos públicos e a melhoria efetiva da infraestrutura das UBSs.

11. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO/ OU CONTRATO:

11.1 A execução da Ata de registro de preço /ou contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração Pública, devidamente designados, conforme previsto no artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, observando-se o princípio da segregação de funções.

11.2 GESTÃO DO CONTRATO /OU ATA DE REGISTRO DE PREÇO: DIRETORA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS:

11.2.1 Compete à gestora do contrato /ou ata de registro de preço:

- Coordenar a gestão administrativa do contrato, garantindo o cumprimento das cláusulas pactuadas.
- Planejar e supervisionar os atos preparatórios e operacionais relacionados à execução contratual.

- c) Monitorar o cronograma físico-financeiro, assegurando que os pagamentos estejam vinculados à efetiva prestação dos serviços.
- d) Solicitar ajustes, prorrogações, aditivos e alterações contratuais, quando necessário, com base em justificativas técnicas e legais.
- e) Encaminhar à autoridade competente os relatórios de execução, pareceres técnicos e eventuais recomendações do fiscal.
- f) Avaliar e propor sanções administrativas, quando houver descumprimento contratual, observando o contraditório e a ampla defesa.
- g) Manter comunicação direta com o fiscal do contrato, promovendo reuniões periódicas para alinhamento e resolução de pendências.
- h) Validar os processos de pagamento, após análise técnica e administrativa dos serviços prestados.

11.3 FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO/ OU CONTRATO: DIRETORA ADMINISTRATIVA FMS SEMSA.

11.3.1 Compete ao fiscal do contrato:

11.3.2 Acompanhar tecnicamente a execução dos serviços, verificando a conformidade com o Termo de Referência.

11.3.3 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relevantes, conforme previsto no §1º do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

11.3.4 Verificar a qualidade dos materiais utilizados, exigindo certificações e rastreabilidade.

11.3.5 Informar à gestora do contrato, em tempo hábil, qualquer irregularidade ou situação que demande providência superior.

11.3.6 Exigir correções ou troca de produtos que apresentem falhas ou não conformidades, sem ônus para a Administração.

11.3.7 Atestar as notas fiscais, somente após a verificação da conformidade dos serviços prestados.

11.3.8 Zelar pela legalidade, eficiência e economicidade na execução contratual, observando os princípios da Administração Pública.

11 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação das sanções previstas nos artigos 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021, observando-se o devido processo legal e o contraditório. A contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

11.2 **Advertência:** por infrações de menor gravidade, com indicação de prazo para correção.

11.3 **Multa:**

11.3.1 **Multa compensatória:** até 10% do valor do contrato, em caso de inadimplemento total ou parcial.

11.3.2 **Multa moratória:** até 0,5% por dia de atraso, limitada a 20% do valor do contrato.

11.3.3 **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar** com a Administração por até 2 (dois) anos.

11.4 **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.5 A aplicação das sanções será precedida de:

11.5.1 **Notificação formal** à contratada, com prazo para apresentação de defesa.

11.5.2 **Análise técnica** pela **DIRETORA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS** com base nos registros e relatórios do Fiscal do Contrato - **DIRETORA ADMINISTRATIVA-FMS/SEMSA/PMVJ**.

11.5.3 **Decisão fundamentada** da autoridade competente, com registro no processo administrativo.

12 DA SUBCONTRATAÇÃO:

12.1 A subcontratação parcial do objeto contratual será permitida **somente mediante autorização prévia e expressa da administração pública**, conforme previsto na **Lei nº 14.133/2021**, desde que não comprometa a qualidade, a responsabilidade técnica e a integridade da execução contratual.

12.2 Condições para Subcontratação:

12.2.1A empresa contratada deverá **informar previamente** à contratante a intenção de subcontratar parte dos serviços, especificando o escopo, o nome da empresa subcontratada e sua qualificação técnica.

12.2.2A subcontratada deverá atender aos **mesmos requisitos legais e técnicos** exigidos da contratada principal, incluindo regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

12.2.3A contratada permanecerá **integralmente responsável pela execução do contrato**, inclusive pelos atos, omissões e falhas da subcontratada.

12.3 VEDAÇÕES:

12.3.1É **vedada a subcontratação integral** do objeto contratual.

12.3.2Não será permitida a subcontratação de atividades que envolvam a **entrega, instalação ou configuração de equipamentos críticos**, salvo em casos devidamente justificados e autorizados.

12.4 A administração reserva-se o direito de **recusar ou revogar a autorização de subcontratação** caso identifique riscos à execução contratual, à qualidade dos bens fornecidos ou ao interesse público.

13 DO REAJUSTE DE PREÇO E PRAZO:

13.1 REAJUSTE DE PREÇO:

13.2 Equilíbrio Econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço /ou contrato, conforme previsto no **art. 134 da Lei nº 14.133/2021**.

13.3 O valor contratual poderá ser **reajustado anualmente**, contado a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preço /ou Contrato, com base na variação do índice oficial estabelecido no TERMO DE REFERENCIA, conforme previsto no artigo 134 da Lei nº 14.133/2021.

13.4 CRITÉRIOS PARA O REAJUSTE:

13.4.1O índice de reajuste será o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, ou outro que venha a substituí-lo, conforme pactuará contratual.

13.4.2O reajuste será aplicado **automaticamente**, mediante solicitação da contratada e comprovação da variação do índice.

13.5 A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR:

13.5.1 Planilha atualizada de custos

13.5.2 Memória de cálculo do reajuste

13.5.3 Comprovação da data-base do contrato

13.6 PROCEDIMENTOS:

13.6.1A solicitação de reajuste deverá ser encaminhada à **DIRETORA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS** para

análise administrativa.

13.6.2O **Fiscal do Contrato**, **DIRETORA ADMINISTRATIVA-FMS/SEMSA/PMVJ**, deverá emitir parecer técnico sobre a conformidade dos serviços e a compatibilidade dos valores.

13.6.3O reajuste será formalizado por **termo aditivo**, após aprovação da autoridade competente.

13.7 **OBSERVAÇÕES:**

13.7.1O reajuste não será aplicado retroativamente.

13.7.2Não será concedido reajuste em caso de inadimplemento contratual ou pendências na execução dos serviços.

13.8 **REAJUSTE DE PRAZO:**

13.9A vigência do contrato poderá ser **prorrogada** nas hipóteses previstas no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica e administrativa, observando-se:

13.9.1**Execução contínua dos serviços**, conforme o interesse público;

13.9.2**Impedimentos temporários** devidamente justificados pela contratada;

13.9.3**Necessidade de conclusão do objeto**, em contratos por escopo;

13.9.4**Atrasos imputáveis à Administração**, que impactem o cronograma contratual.

13.10 **PROCEDIMENTOS:**

13.10.1 A contratada deverá apresentar **solicitação formal**, com justificativa e documentação comprobatória.

13.10.2 O pedido será analisado pela **DIRETORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**, com parecer técnico do **Fiscal do Contrato**.

13.10.3 A prorrogação será formalizada por **termo aditivo**, com nova definição de prazo e cronograma.

13.11 **OBSERVAÇÕES:**

13.11.1 A prorrogação não implica em reajuste de valores, salvo se houver previsão contratual específica.

13.11.2 O pedido deverá ser feito com **antecedência mínima de 30 dias** do término da vigência contratual.

14 **CONDIÇÕES, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:**

14.1 **Condições de Entrega:**

14.1.1 Os equipamentos e materiais permanentes deverão ser entregues **novos, em perfeitas condições de uso, originais de fábrica e devidamente embalados**, acompanhados de manuais, certificados de garantia e demais documentos técnicos exigidos.

14.1.2 A entrega deverá incluir, quando aplicável, **serviços de montagem, instalação e testes de funcionamento**, realizada por equipe técnica qualificada, sem ônus adicional para a administração.

14.2 **Prazo de Entrega:**

14.2.1O prazo máximo para entrega será de **até 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da emissão da **autorização de fornecimento** pelo Departamento de Compras, Material e Patrimônio Público.

14.2.2O cumprimento do prazo será condição essencial para o recebimento definitivo dos bens e para a liberação do pagamento.

14.3 **Local de Entrega:**

14.3.1 Os materiais deverão ser entregues nos seguintes locais, conforme cronograma definido pelo Departamento de Compras, Materiais e Patrimônio Público no seguinte endereço:

- a) Rua Pedro Ladislau, nº 3511 – Bairro Prainha, no Município de Vitória do Jari/Ap
- b) Os materiais e equipamentos deverão ser entregues a Coordenadora da atenção básica em saúde e fiscal dos materiais homologados.

14.3.2 A contratada deverá realizar a entrega **com frete incluso**, responsabilizando-se pela integridade dos bens até o recebimento definitivo.

14.3.3 O fornecedor deverá agendar previamente a entrega com o setor responsável, respeitando o horário de funcionamento das unidades: **segunda a sexta-feira, das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 18h.**

15 CRITERIO DE ACEITAÇÃO:

15.1 A aceitação dos equipamentos e materiais permanentes fornecidos será condicionada ao cumprimento integral das exigências técnicas, operacionais e documentais previstas neste Termo de Referência e no contrato firmado. O processo de aceitação será conduzido pela equipe designada pela Secretaria Municipal de Saúde, observando os seguintes critérios:

15.2 Conformidade Técnica:

- a) Os bens deverão estar **em perfeitas condições de uso**, sem avarias, defeitos ou sinais de uso anterior.
- b) Devem atender rigorosamente às **especificações técnicas descritas** no Termo de Referência, incluindo marca, modelo, dimensões, capacidade, funcionalidades e certificações exigidas.

15.3 Documentação Obrigatória:

- a) **Nota fiscal eletrônica** correspondente aos itens entregues;
- b) **Certidões fiscais válidas** (federal, estadual, municipal e trabalhista);
- c) **Dados bancários de conta corrente** para fins de pagamento;
- d) **Termos de garantia e manuais técnicos** dos equipamentos.

15.4 Relatório de Fiscalização:

- a) A aceitação será formalizada mediante **relatório técnico emitido pelo fiscal da ata de registro de preços e/ou do contrato**, atestando que os bens entregues estão em conformidade com o solicitado e apto para recebimento definitivo.

15.5 Instalação e Funcionamento:

- a) Quando aplicável, os equipamentos deverão ser **instalados e testados** pela contratada, com acompanhamento da equipe técnica da contratante.
- b) A aceitação somente será concluída após verificação de que os itens estão **funcionando corretamente**, conforme sua finalidade.

15.6 Prazo para Aceitação:

- a) O prazo para análise e emissão do relatório de aceitação será de **até 05 (cinco) dias úteis** após a entrega dos bens e apresentação da documentação completa.

16 DO PAGAMENTO:

16.1 O pagamento à contratada será efetuado pela Administração, conforme a efetiva prestação dos serviços, através da **ORDEM DE SERVIÇO /OU AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO** emitida pelo Departamento de Compras, Materiais e Patrimônio Público.

16.2 **MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL E TÉCNICA EXIGIDA, OBSERVANDO-SE OS SEGUINTE CRITÉRIOS:**

- 16.2.1 **Nota fiscal eletrônica**, emitida em conformidade com a legislação tributária vigente;
- 16.2.2 **Relatório de produção**, contendo os procedimentos realizados e devidamente assinados pelo Fiscal do Contrato;
- 16.2.3 **Declaração de conformidade dos serviços**, emitida pelo Fiscal do Contrato.
- 16.2.4 O pagamento está condicionado à **regularidade fiscal e trabalhista** da contratada, conforme verificação nos sistemas oficiais SICAF, FGTS, INSS, etc.
- 16.2.5 Em caso de **pendências ou não conformidades**, o pagamento poderá ser **suspenso** até a regularização.

16.3 **FORMA DE PAGAMENTO:**

- 16.3.1 O valor será creditado em conta bancária corrente indicada pela contratada, vinculada ao **CNPJ da empresa**.
- 16.3.2 Não serão aceitos pagamentos em contas de terceiros ou com divergência cadastral.
- 16.3.3 O pagamento será realizado de forma parcela conforme a execução do objeto e será realizado em até 30 (trinta) dias após a data de protocolo da solicitação de pagamento.

16.4 **OBSERVAÇÕES:**

- 16.4.1 Não será efetuado pagamento por serviços não comprovadamente realizados.
- 16.4.2 A contratada deverá manter atualizados seus dados bancários e cadastrais junto à Administração.

17 **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

- 17.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos Consignados no Orçamento na seguinte dotação:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	13	FMSVJ – FUNDO MUNIC. DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI
FUNÇÃO	10	SAÚDE
PROG. DE TRABALHO	301.0067	MOBILIÁRIO E APARELHAMENTO DO MAC
AÇÃO	1-025	MOBILIÁRIO E APARELHAMENTO
NAT. DE DESPESA	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO	601	TRANSFERÊNCIAS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	13	FMSVJ – FUNDO MINIC. DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI
FUNÇÃO	10	SAÚDE
PROG. DE TRABALHO	301.0067	MOBILIÁRIO E APARELHAMENTO DO FMS
AÇÃO	1-026	MOBILIÁRIO E APARELHAMENTO FMS
NAT. DE DESPESA	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO	601	TRANSFERÊNCIAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	13	FMSVJ – FUNDO MINIC. DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI
FUNÇÃO	10	SAÚDE
PROG. DE TRABALHO	301.0067	MOBILIÁRIO E APARELHAMENTO DO PROGRAMA DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
AÇÃO	1-027	MANUT. PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
NAT. DE DESPESA	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO	601	TRANSFERÊNCIAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	13	FMSVJ – FUNDO MINIC. DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI
FUNÇÃO	10	SAÚDE
PROG. DE TRABALHO	301.0067	MOBILIÁRIO E APARELHAMENTO DO PROGRAMA DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
AÇÃO	1-027	MANUT. PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
NAT. DE DESPESA	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO	500	TRANSFERÊNCIAS

18 ASSINATURA:

DCMP/SEMSA/PMVJ, EM xx DE xxxxxxxx 2025

Hemerson Brito Souza
Diretor Compras e Patrimônios
Decreto nº 056/2025-GAB/PMVJ

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (anexo III)
OBRIGATÓRIO TER TODAS AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS

Pregão Eletrônico (SRP) nº XX/2025

A Sra. Pregoeira e equipe de apoio

Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari

Pedro Ladislau da Silveira, nº 1135 – Bairro Prainha.

VITÓRIA DO JARI-AP, CEP: 614.924-000.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICA EM SAÚDE, (POSTO PAGA DIVIDAS, UBS ATERRO DO MURIACÁ, UBS BEIRA RIO, UBS CIDADE LIVRE, UBS JARILÂNDIA, UBS SANTA CLARA E UBS CAULIM), DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI NA ZONA URBANA E RURAL.

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL			
CNPJ			
ENDEREÇO			
BAIRRO		CIDADE	
CEP		E-MAIL	
TELEFONE			
BANCO		AGÊNCIA	C.CORRENTE

Proposta que faz a empresa supracitada para o fornecimento dos materiais relacionados abaixo, conforme estabelecido no PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº XX/202X.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$

Valor total da proposta:

Validade da proposta:

No preço estão contidos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais de mão de obra a serem empregados, seguros, fretes, rotulagem, embalagens, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, é ciente de todas as condições do presente Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº XX/202X-CCP/SEMSA-FMS-PMVJ e concorda com as mesmas.

Os dados do responsável pela assinatura de contrato: Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, (natural), (estado civil), (profissão), portador da CI nº XXXXXX/XX, CPF nº. XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, bairro XXXXXXXXXXXXXXX, cidade XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XX.XXX-XXX, telefone para contato (XXX) XXXXX-XXXX.

(local e data), XX de xxxxxxxx de 2025.

Assinatura do representante legal / carimbo da empresa
Obs: Este documento deverá ser emitido em papel que identifique a licitante

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA (anexo IV)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025-CCP/FMS/SEMSA/PMVJ

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

A) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa; a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

B) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

C) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação

D) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;

E) e que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2025.

(representante legal do licitante no âmbito da licitação, com identificação completa) _____

DECLARAÇÃO – ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO EDITAL (anexo V)

Da Lei n.º 14.133/2021

PREGÃO ELETRÔNICO n.º XX/2025-CCP/FMS/SEMSA/PMVJ

(nome da empresa) _____, CNPJ n.º _____, sediada à (endereço completo), declara sob as penas da lei que possui todos os requisitos exigidos no Edital de Pregão Eletrônico n.º __/2025, para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal, DECLARANDO, ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital ensejará aplicação de penalidades à declarante.

Local e data

**Nome / número do C.P.F do Declarante ou Representante Legal da Empresa
(Assinatura) Carimbo do CNPJ**

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR (anexo VI)

A empresa xxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxx INC. EST. xxxxxxxxxxxxxxxx, situada xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx nº xxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxx, município de xxxxxxxxxxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal a Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxx e do CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, residente no endereço situada xxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxxxxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxxxx

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 14 (quatorze) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezeses) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 91454, de 27.10.99.

**Nome / número do C.P.F do Declarante ou Representante Legal da Empresa
(Assinatura) Carimbo do CNPJ**

DECLARAÇÃO DE MPE (anexo VII)

Processo nº: XX/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico nº. XX/2025-CCP/FMS/SEMSA/PMVJ

Tipo: Menor Preço por Item.

- a) Objeto: Refere-se a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICA EM SAÚDE, (POSTO PAGA DIVIDAS, UBS ATERRO DO MURIACÁ, UBS BEIRA RIO, UBS CIDADE LIVRE, UBS JARILÂNDIA, UBS SANTA CLARA E UBS CAULIM), DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI NA ZONA URBANA E RURAL.

Declaro para os devidos fins e sob as penalidades da Lei, que a empresa: _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, está enquadrada como _____ (Microempresa, EPP, Equiparada), e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida lei. Outrossim, declaro, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

E que caso haja restrição fiscal ou trabalhista nos documentos de habilitação, pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas na Lei Federal 14.133/21.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2025.

Assinatura e identificação do declarante

Maria de Lourdes Santana da Silva
Dir. de Planejamento e Orçamento
Dec. Nº 753/2025-GAB/PMVJ